

Science de la Science et Réflexivité: para uma sociologia como ciência

Fernando Luís Machado

Os sociólogos são objeto de grande atenção, quer positiva, quando tomam o partido de servir a visão dominante, quer negativa, quando, fazendo o seu trabalho, contribuem para desvelar um pouco do mundo social.

PIERRE BOURDIEU, *SCIENCE DE LA SCIENCE ET RÉFLEXIVITÉ*, P. 7

Como comentar este livro?

O livro que aqui comento, em grandes linhas definidas segundo um critério inevitavelmente pessoal, de sociólogo situado, é passível de muitas leituras, não só pelo seu conteúdo, estritamente considerado, mas por ter sido publicado quando o seu autor tinha 71 anos e produzira uma obra vasta, multifacetada e ímpar, que o consagra como um dos raros sociólogos de referência mundial, e *Science de la Science et Réflexivité* é também produto desse trajeto científico singular, que está nele incorporado. Ser um sociólogo de referência significa que os inúmeros trabalhos académicos de Pierre Bourdieu, publicados em várias línguas, inspiram colegas em todas as partes do mundo, sociólogos e outros cientistas sociais, que, de forma inteira ou parcial, adotam os seus ensinamentos teórico-metodológicos e põem-nos em prática nas suas pesquisas. Ser de referência significa também os que o criticam e dele se demarcam cientificamente, o que é sempre uma forma de reconhecimento, em que se assume um confronto de ideias e se escolhem alternativas; e inclui até aqueles que zelosamente o ignoram, como se nunca tivesse existido, que a si mesmos dizem

“este, eu não citarei nunca (ou nunca mais)”, o que não deixa de ser uma forma de lhe prestar homenagem, tal o ruído que, em face da importância de Pierre Bourdieu no campo sociológico internacional, tal silêncio produz.

O livro é relativamente pequeno, mas denso em substância, e por isso, lendo-o com atenção ou apenas consultando-o em primeira aproximação, é fácil perceber que dele se podem fazer leituras de diferentes tipos e com focos de atenção variados. Pode-se tomá-lo como um manual (palavra de que o autor não gostaria de todo) de sociologia da ciência, mas num registo crítico e reflexivo, produto de um trabalho de quase três décadas nesse domínio da sociologia; como uma lição de metodologia, sobre o modo de praticar o ofício de sociólogo; como uma demarcação de uma certa sociologia americana, dominante até aos anos de 1960, e seus prolongamentos franceses; como uma arena em que Bourdieu mede forças com outras correntes da sociologia da ciência internacional, de Merton às chamadas correntes pós-mertonianas; ou ainda, se atendermos ao conteúdo da trintena de página do ponto “Esboço de uma autoanálise” da última parte, como um exercício autobiográfico de tipo particular.

A minha leitura de *Science de la Science et Réflexivité*, feita em resposta ao convite do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto para participar no ciclo que deu origem a este livro, divide-se em três partes, que intersectam algumas das aproximações possíveis que acabei de mencionar. A primeira parte é para saber de onde vem este livro, a sua génese, os contextos em que foi produzido e também para registar algumas observações sobre o livro enquanto produto editorial e material e sobre a sua receção internacional. Na segunda parte, seleciono e sintetizo contributos do autor que visam demonstrar que a sociologia é um empreendimento científico viável e as condições exigentes em que tal pode acontecer. Na terceira parte, comento o diálogo de Bourdieu com Merton e os mertonianos – a corrente fundadora da sociologia da ciência –, à qual Bourdieu dá muito mais atenção do que a outras correntes da especialidade, revendo posições que assumira anteriormente.¹

¹ Nas citações que, ao longo do capítulo, faço de *Science de la Science et Réflexivité*, indico apenas o número da página da respetiva edição francesa de 2002, indicada nas referências bibliográficas.

Gênese, contextos e impacto

De onde vem *Science de la Science et Réflexivité*? O livro é a passagem a escrito do último curso lecionado por Pierre Bourdieu no *Collège de France*, em Paris, em 2000-2001, pouco tempo antes da sua morte. O autor foi consagrado como professor da instituição em 1981 e nela lecionou 20 cursos, os primeiros cinco sob o título convencional “sociologia geral”. O *Collège de France*, criado no século XVI, é uma instituição especial, que está no topo, altamente exclusivo, do sistema acadêmico francês, e oferece algumas dezenas de cátedras de muitas áreas do saber, das ciências duras às humanidades, para as quais são convidados a concorrer nomes destacados dessas áreas. Bourdieu colocou-se, assim, na situação algo paradoxal de ser o titular da cátedra de sociologia numa instituição de elite do mundo acadêmico e intelectual francês, mundo que, antes e depois da entrada na instituição, submeteu a uma análise crítica sem concessões, usando essa mesma sociologia como instrumento de trabalho.

Terá sido a antecipação desse paradoxo desconfortável que levou Bourdieu a recusar várias vezes ser candidato à eleição para professor no *Collège de France*, convite que lhe foi dirigido por intermediários membros da instituição. Em *Esquisse pour une Auto-Analyse*, publicado em 2004, um estudo notável em que o autor se toma a si próprio como objeto sociológico, analisando a sua origem, trajeto e circunstâncias, e como eles moldaram o seu particular sistema de disposições – livro de que uma primeira versão aparece na parte final de *Science de la Science et Réflexivité*² –, Bourdieu relata os antecedentes e bastidores do processo que acabou por o levar a transpor as portas da instituição que define como “o lugar dos heréticos consagrados” (210). Analisando com pormenor a sua nunca resolvida ambivalência e tensão relativamente ao mundo intelectual francês, diz³:

Recusei várias vezes ser candidato e expliquei-me, nomeadamente a François Jacob, e depois aos meus amigos, a André Miquel sobretudo, que insistia que eu fosse candidato e a quem tentei até convencer de que, grandiloquente e profético, aquele que deveria tornar-se

² Bourdieu já fizera em 1997, numa pequena secção do livro *Méditations Pascalianas*, intitulada “Confissões impessoais”, um primeiro exercício de autoanálise sociológica, circunscrito aos seus anos de estudante de filosofia na Escola Normal Superior de Paris, na década de 1950.

³ A tradução dos excertos de Pierre Bourdieu citados ao longo do capítulo é da minha responsabilidade.

meu concorrente assumiria muito bem o papel, num certo sentido, melhor do que eu. As minhas reticências (a palavra é demasiado fraca, mas repugnância é demasiado forte), que vinham do mais profundo de mim, levaram-me a toda uma série de atos destinados a cortar as pontes, como a subscrição a favor da candidatura de Coluche⁴ às presidenciais de 1981, ou um artigo nas *Actes de la Recherche* sobre a alta-costura, em que, matando dois coelhos de uma só cajadada, cito um artigo de Barthes na *Elle* a propósito de Chanel e um pequeno texto de Chastel no *Le Monde*, autêntica publicidade jornalística a uma marca de perfume⁵ (137).

Acabando por aceitar ser candidato, e tendo sido eleito, Bourdieu tem pela frente a escolha do tema da lição inaugural, a proferir diante do corpo dos professores, ato solene de consagração da entrada na instituição. Expressando a tal tensão e ambivalência antigas em face do mundo académico, Bourdieu coloca-se em posição de distância analítica perante o ato e chama à sua lição, apresentada em 23 de abril de 1982, “lição sobre a lição”. Sendo um texto sobre a sociologia e de retrospectiva do seu trabalho na disciplina, as primeiras páginas tomam como objeto o próprio ato da lição inaugural.⁶ Foi o momento em que a tensão e a ambivalência atingiram o seu pico. Conta o próprio que, perante uma assembleia de titulares em que se encontravam, é Bourdieu quem os nomeia, Claude Lévi-Strauss, Georges Dumèzil ou Michel Foucault, e em plena leitura da lição, chega a esboçar “um movimento de se interromper e sair” (139). O curso reproduzido em *Science de la Science et Réflexivité*, mesmo tendo sido lecionado 20 anos depois desse episódio tão impressionante – vale a pena ler o que mais o autor conta sobre o sucedido – não deixa de o fazer ecoar. Por um lado, porque há nele toda uma série de vincadas demarcações éticas, epistemológicas, teóricas, disciplinares perante pares do mundo académico, num registo de sociologia que incomoda; por outro lado, porque o livro termina com as tais três dezenas de páginas (socio)autobiográficas, de um sociólogo de referência com 71 anos, em que a relação com o *Collège de France* é referida.

⁴ Humorista, que acabaria por desistir da candidatura, tendo as eleições sido ganhas por François Mitterrand.

⁵ Bourdieu refere-se a Roland Barthes (1915-1980) e André Chastel (1912-1990), ambos professores do *Collège de France*.

⁶ Pierre Bourdieu, *Leçon sur la Leçon*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1982.

Qual é, em grandes linhas, o conteúdo de *Science de la Science et Réflexivité*? Nas suas 240 páginas, em formato de bolso, o livro está dividido em três secções, precedidas de um prefácio e de uma introdução, ambos breves, e fecha com uma curta conclusão.⁷ Ao longo de todo o livro, mas mais nas duas primeiras secções, há passagens, por vezes extensas, com observações, dir-se-iam adicionais, sobre autores, conceitos e procedimentos metodológicos, que Bourdieu escolheu fazer grafar em caracteres mais pequenos, pelo que, na verdade, o livro é maior do que as suas páginas contadas. Depois da extensa lista de referências bibliográficas, exclusivamente em francês ou inglês, há um índice onomástico, sempre útil para uma sociologia elementar das referências e citações, que dá a ver quem está e quem não está, e também, entre os que estão, quem aparece mais ou menos ao longo do livro, sendo certo que só o lendo se pode perceber o contexto e o sentido desses aparecimentos.

A primeira secção, “Estado da discussão”, apresenta o ponto de vista do autor sobre as diferentes propostas em concurso no domínio da sociologia da ciência a nível internacional, propostas que são examinadas com minúcia e em confrontação. Sem deixar de acertar contas com Merton e os seus discípulos – embora fazendo autocritica e retificando posições dos seus primeiros textos nesta área, assunto a que voltarei na última parte do capítulo –, Bourdieu demarca-se, com particular veemência, de boa parte das chamadas correntes pós-mertonianas, também amalgamadas, por vezes, na designação “nova sociologia da ciência”. É particularmente acutilante com Michel Callon e Bruno Latour, e a sua teoria do ator-rede, tanto que não resiste à ironia quando, referindo-se ao estudo do primeiro sobre as vieiras (*coquilles Saint Jacques*), depois de informar que o estudo “põe no mesmo plano os pescadores, as vieiras, as gaivotas, o vento, enquanto elementos de um “sistema de actantes””, termina a enumeração com um “Mas fico-me por aqui” (63-64).⁸ A segunda secção do livro, a mais extensa, intitulada “Um mundo à parte”, que é o mundo da ciência, é onde o autor apresenta as suas ideias fundamentais sobre o campo científico, em que inclui, entre outros, os tópicos da autonomia da ciência e do capital científico e suas formas de distribuição. Quer nesta secção quer na anterior, Bourdieu retoma, para reiterar ou, em alguns casos, para

⁷ Sendo a edição originária de 2001, sigo neste capítulo a segunda edição francesa, do ano seguinte.

⁸ Para uma crítica, em sentido oposto, da não consideração por Pierre Bourdieu dos contributos das novas correntes da sociologia da ciência, ver Hugo Mendes (2003, pp. 75-86), justamente sobre o livro que aqui comento. Outra abordagem crítica do livro aqui em causa é a de Telmo H. Caria (2007, pp. 127-146).

rever, conceitos e proposições teóricas, comentários sobre outros autores e sugestões de procedimentos metodológicos que já apresentara nos seus primeiros escritos sobre ciência, nomeadamente, o artigo inaugural sobre o campo científico, publicado em 1976 na *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* e, no ano anterior, na revista canadiana *Sociologie et Sociétés*⁹. A terceira secção, “Porque devem as ciências sociais tomar-se como objeto”, especifica o sentido e aplicação do método da reflexividade. Depois de um primeiro ponto de orientações para “objetivar o sujeito da objetivação”, o segundo ponto desta secção, “Esboço de uma autoanálise”, é um exercício prático, consequente com essas orientações, em que, como já assinalai, o sociólogo Pierre Bourdieu analisa o sujeito Pierre Bourdieu, um ensaio de autobiografia reflexiva, que viria a dar origem a um texto autónomo, mais desenvolvido, publicado em livro já depois da sua morte, o já mencionado *Esquisse pour une Auto-Analyse* (Bourdieu, 2004a).

É de notar – e este é outro elemento de contexto da produção da obra –, que, sendo *Science de la Science et Réflexivité* uma defesa laboriosa, consistente, amadurecida e intransigente das condições de possibilidade científica das ciências sociais, e da sociologia em particular, e da necessidade de autonomia do campo científico relativamente à sociedade em que está inevitavelmente inscrito, ela é da fase da vida do autor em que o seu envolvimento político e militante é intenso, envolvimento que vem do início da década de 1990 e dura até à sua morte. Para dar um exemplo, no ano anterior ao da publicação do livro, Bourdieu tinha estado presente numa reunião com a direção da ATTAC (*Association pour la Taxation des Transactions Financières et pour l'Action Citoyenne*), a associação de origem francesa constituída em 1998 para combater o chamado neoliberalismo e o seu modo de globalização económica. Nem por isso Pierre Bourdieu, no seu ofício de sociólogo, abdica de separar planos e papéis sociais ou embarca em derivas epistemológicas que põem a sociologia fora de pé, em estado demasiado líquido, por outras palavras, fora da terra firme do campo científico.

O livro, tomado como coisa editorial e material, é modesto, uma edição barata, de bolso, capa mole, feita propositadamente assim por uma editora independente e militante, visando torná-lo acessível, mas que o torna objeto de desgaste rápido. Seria bom que houvesse também, se não aconteceu já, uma edição materialmente mais nobre e mais sólida, ao nível de outros livros do autor (ocorre-me a verdadeiramente distinta primeira edição francesa de

⁹ Pierre Bourdieu (1975, pp. 91-118; 1976, pp. 88-104).

La Distinction), para que o objeto-livro dure nas estantes das bibliotecas e nas mesas de trabalho. Já do ponto de vista editorial, e olhando agora para a edição portuguesa, que até é materialmente menos pobre do que a originária, deu-se um duplo processo de afunilamento e amputação no respetivo título. Em vez de “Ciência da ciência e reflexividade”, que seria a escolha fiel, optou-se por um simples “Para uma sociologia da ciência”.¹⁰ Há, por um lado, um afunilamento disciplinar na sociologia, que Bourdieu, neste caso, não desejaria, porque o livro não é só sociologia da ciência, bastando pensar nos contributos que vai buscar à filosofia, nomeadamente à epistemologia; e há, por outro lado, a amputação de ter-se deixado cair a palavra “reflexividade”, que em Bourdieu representa todo um programa, um modo de estar e fazer ciência social, tanto que, segundo o autor, ela deve estar inscrita no próprio *habitus* científico dos sociólogos, ser uma reflexividade reflexa (174).

O alcance e legibilidade pelo público menos especializado e pelos estudantes que nas universidades fazem primeiras aproximações à obra do autor, que terão estado na mente dos editores portugueses quando escolheram simplificar o título, levam-me ao último comentário desta parte, sobre o impacto de *Science de la Science et Réflexivité*. Há várias maneiras de medir o impacto de uma obra científica, nem todas fáceis de operacionalizar. Podemos considerar as recensões que dela foram feitas e o respetivo sentido; podemos procurar essa obra nas bibliografias de trabalho dos cursos universitários de sociologia, em especial nos de segundo e terceiro ciclo; podemos tentar perceber em que medida a obra em causa tem importância, se faz sentir, na pesquisa publicada por outros sociólogos e cientistas sociais; ou podemos, mais simplesmente, contar as citações que essa obra tem recebido desde a sua publicação. Esta via, de operacionalização mais rápida, embora não linear nem isenta de questionamentos metodológicos e técnicos, pode ser concretizada se consultarmos o perfil de Pierre Bourdieu no Google Académico, com as respetivas citações dos seus inúmeros trabalhos. *Science de la Science et Réflexivité*, mesmo descontando o facto de ser recente na linha do tempo das suas publicações, está longe dos textos mais citados. Dir-se-á até o contrário: é dos menos citados. No final de abril de 2023, o perfil de Bourdieu nessa base de dados tinha mais de um milhão de citações, número condizente com o seu estatuto de verdadeira referência no campo mundial das ciências sociais. Se tomarmos a publicação mais citada do autor, *La Distinction*, com mais de 100 mil citações só na versão em língua inglesa, o livro que aqui

¹⁰ Pierre Bourdieu, *Para uma Sociologia da Ciência*, Lisboa, Edições 70, 2004 (Bourdieu, 2004b).

comento fica a longa distância: a edição inglesa, que, ao contrário da portuguesa, manteve o título originário, tinha 5.313 citações; a edição portuguesa, 732; e a edição francesa, 171. Em todo o caso, podemos concluir que o impacto é considerável, a nível internacional. Não deixa de se notar, paralelamente, que o número tão mais baixo de citações da obra na sua língua materna revela, sem surpresa, o panorama mundial em matéria de línguas de ciência.

Sociologia, um empreendimento científico viável¹¹

Quando se chega ao final do exame aprofundado da ciência como prática social institucionalizada através do qual Bourdieu nos conduz ao longo das páginas deste livro, não se chega indiferente. Contra os relativismos que tudo confundem ou liquidificam, Bourdieu apresenta, e sustenta solidamente, um conjunto concreto de análises e orientações, que é operativo para a prática da sociologia. A leitura que faço do livro, como já disse, e não será demais repeti-lo, é a de um sociólogo situado, desde logo por defender uma concepção de sociologia que se inspira em muito do que o autor fez em quatro décadas de ofício. Sistematizo os contributos de Bourdieu em três planos interligados: (i) uma concepção de sociologia que a toma como empreendimento científico viável, parte integrante, por direito próprio, do mundo das ciências; (ii) a identificação circunstanciada de uma condição institucional indispensável para que essa concepção de sociologia seja posta em prática, que é a autonomia do campo sociológico em face do mundo social de que faz parte; (iii) as indicações dadas para se proceder à objetivação dos sujeitos da objetivação, através da reflexividade dos sociólogos sobre a sua prática científica e respetivos contextos, uma sociologia da sociologia, em suma.

Para Pierre Bourdieu, é possível que o campo científico, sendo um lugar histórico, sujeito a condicionamentos sociais de vários tipos, externos e internos ao próprio campo, produza verdades trans-históricas, irreduzíveis à história. Embora as condições de produção de valor científico não sejam as mesmas em todas as ciências, sendo mais difíceis de conseguir nas ciências sociais, este enunciado é, para o autor, universal e aplica-se, portanto, a estas últimas e, no que aqui mais interessa, à sociologia. Este enunciado tem ele próprio, diria, o

¹¹ Nesta secção, na parte relativa à discussão sobre a autonomia do campo sociológico, uso excertos que originariamente publiquei em *Investigação Sociológica em Portugal. Um Guia Histórico e Analítico* (Machado, 2022).

significado trans-histórico que Bourdieu atribui aos factos científicos e é, por essa razão, um contributo precioso para a prática sociológica.

Trata-se de uma formulação que já está presente no artigo de 1976 sobre o campo científico, mas que é retomada e desenvolvida em *Science de la Science et Réflexivité*. Bourdieu diz que a razão por que o campo científico, sendo um lugar social e histórico, consegue produzir verdades que transcendem essa localização tem a ver com a capacidade de fechamento mais ou menos total desse campo, que “faz com que cada investigador tenda a não ter outros recetores a não ser os investigadores mais aptos a compreendê-lo, mas também a criticá-lo, ou mesmo a refutá-lo e a desmenti-lo” (136-137); o conhecimento científico é, então, “aquilo que sobreviveu às objeções e que pode resistir a objeções a vir” (142). Acrescenta ainda, noutro passo clarificador, que

se a verdade se apresenta como transcendente (...) é porque ela é o produto de uma validação coletiva concretizada nas condições totalmente singulares que caracterizam o campo científico, ou seja, na e pela cooperação conflitual, mas com regras, que a concorrência impõe, e que é capaz de impor a ultrapassagem dos interesses antagónicos (164-65).

Por outro lado, a realização de pesquisa empírica é condição de produção de verdade científica, na sociologia tal como nas ciências em geral. Neste ponto, Bourdieu não podia ser mais taxativo. Demarcando-se como sempre do empirismo – porque a sociologia só pode ser empírica se antes disso for teórica, e sempre sujeita, em todas as fases do seu processo de trabalho, a vigilância epistemológica –, Bourdieu rejeita a sociologia sem dados (“*data free sociology*”) e o “textismo”, a prática de constituir a realidade social como um texto, que diz ser característica de alguns autores da nova sociologia da ciência. Falando do lugar da cátedra de sociologia de uma instituição tão nobre quanto o *Collège de France*, o autor rejeita a sociologia de cátedra ou gabinete, que não assenta pés no terreno nem mãos na recolha e tratamento de informação, e são conhecidas as suas tomadas de posição contra a divisão de trabalho científico nos centros e equipas de investigação, que entregam o trabalho teórico aos mais velhos e dominantes e o trabalho empírico aos novatos. Mesmo o sociólogo mais longo e experiente deve envolver-se nos mais banais e aparentemente insignificantes procedimentos associados ao processo de pesquisa. No tom direto e algo agreste que por vezes caracteriza a sua escrita, tom bem visível neste livro, não se

coíbe de qualificar de “teóricos escolásticos” a Escola de Frankfurt, Habermas e Luhmann, e de contrapô-los aos “empiristas submetidos à ortodoxia americana”, dizendo que uns e outros criaram uma rutura praticamente insuperável, que ele gostaria de ultrapassar através de uma terceira via, “realista” (200).

Pôr em prática, na sociologia, esta concepção de ciência coloca dificuldades que não se encontram noutros campos científicos. A construção de verdades científicas é mais difícil nas ciências sociais, e na sociologia em particular. Primeiro, porque o próprio conceito de verdade sobre o mundo social é objeto de conflito, dentro e fora da sociologia. Nas palavras do autor, que parecem um jogo, mas não são,

porque a verdade do mundo social é um objeto de lutas no mundo social e no mundo (sociológico) dedicado à produção da verdade sobre o mundo social, a luta pela verdade do mundo social é necessariamente infinita, interminável (e a ciência social nunca verá terminado o respetivo esforço para se impor como ciência) (220).

Segundo, e em consequência direta do anterior, porque as condições de autonomia do campo sociológico são especialmente difíceis de estabelecer, diferentemente do que acontece nas ciências naturais.

Mais do que outras disciplinas, a sociologia está exposta a definições heteronómicas do que é e do que deve fazer. Isso acontece porque, mostra Bourdieu, as ciências sociais de forma geral, mas particularmente a sociologia,

têm um objeto demasiado importante (interessa a toda a gente, a começar pelos poderosos), demasiado escaldante, para que se possa deixá-lo à sua discrição, abandoná-lo à sua lei exclusiva, demasiado importante e demasiado escaldante, do ponto de vista da vida social, da ordem social e da ordem simbólica, para que lhe seja outorgado o mesmo grau de autonomia que se outorga às outras ciências e que lhe seja reconhecido o monopólio da produção da verdade (170).

Toda a gente, acrescenta, se sente no direito de se meter na sociologia. O que Bourdieu chama “direito de entrada” (num campo científico) é, portanto, mais fraco na sociologia do que noutras ciências. Se na física ou na biologia não se vê

como é que alguém incompetente possa resistir ao confronto com a verificação de conhecimento sobre, digamos, a verdade dos factos, na sociologia,

posições inconsistentes com os factos têm mais possibilidade de se manter e até de prosperar do que nos campos mais autónomos, desde que sejam dotadas, no interior do campo e também no exterior, de um peso social próprio que compense a sua insuficiência, nomeadamente assegurando-lhes apoios materiais e institucionais (créditos, subvenções, lugares) (171).

É fácil encontrar ocorrências que ilustram, com graus diferentes de significado, este direito de entrada mais lasso. Há exemplos mais anódinos, como a maneira de classificar usada pelas livrarias, em que na secção de sociologia se adicionam aos trabalhos próprios da disciplina muitas outras coisas que o não são, desde o ensaio indiferenciado aos livros sobre casos sociais, escritos por jornalistas ou curiosos; e outros mais perniciosos, como o daqueles que, colocando-se nas zonas de sombra das fronteiras disciplinares, se autoneameiam sociólogos, quando conveniente, para logo, mudando as circunstâncias, adotarem a identidade disciplinar em que têm certificação a mostrar, ou porque a tal são levados por imperativos académicos ou porque se lhes torne mais vantajoso, do ponto de vista do reconhecimento social.

Um domínio onde a difícil, mas não impossível, construção de autonomia do campo sociológico é posta duramente à prova é a sua relação com o campo político, seja a relação com o Estado e as políticas públicas, seja a relação com os movimentos sociais ou ainda o caso particular da participação de sociólogos em governos. O grau zero de autonomia perante o campo político, diga-se, seria aquele em que todos os agentes envolvidos nesse campo poderiam estabelecer as agendas de investigação da sociologia, antes mesmo e com mais eficácia do que os próprios sociólogos.

Os modelos de financiamento público da ciência que valorizam a qualidade dos projetos e das equipas, em vez de estabelecerem *a priori* uma agenda fechada de disciplinas e temas financiáveis, dão à sociologia e às restantes ciências sociais, e também às outras áreas científicas, garantias de exercício da sua autonomia. Num quadro deste tipo, os investigadores têm de desenvolver projetos e apresentar os respetivos resultados, justificando o financiamento atribuído, mas fazem-no com autonomia institucional e mental e é o Estado, através de financiamento atribuído, que garante que assim é. Ou, para usar palavras de

Pierre Bourdieu, é num quadro desses que a sociologia “pode encontrar num bom uso da autonomia institucional, garantida pelo seu estatuto de disciplina universitária, as condições de uma autonomia epistemológica e tentar oferecer o que ninguém na verdade lhe pede” (Bourdieu, 2003, p. 53). Porém, a relação do campo científico com o Estado é ambivalente. Se o financiamento público torna “possível uma produção que não seja submetida à sanção imediata do mercado” e o Estado assegura “as condições mínimas de autonomia”, esse mesmo Estado “tem também a capacidade de impor constrangimentos geradores de heteronomia” (Bourdieu, 1997, p. 48). Ora, é precisamente esta capacidade de o Estado limitar a autonomia – que ele mesmo, por outro lado, pode conferir –, que deve ser tida em conta quando se pensa na relação da investigação sociológica com a área das políticas públicas, em particular.

A questão da heteronomia na relação do campo sociológico com o campo político não se coloca apenas pelo lado da relação com as políticas públicas, mas também a propósito da relação com os movimentos sociais e outros ativismos da sociedade civil. Recorrendo ainda uma vez às valiosas reflexões que Pierre Bourdieu dedicou a este tema, é oportuno convocar o conceito de “poder de refração” do campo científico, conceito que o autor desenvolveu noutro trabalho. O poder de refração é a capacidade de o campo científico filtrar as pressões externas a que está sujeito e “quanto mais autónomo um campo é, maior será o seu poder de refração e mais os constrangimentos externos são transfigurados, ao ponto de se tornarem irreconhecíveis”. Contudo, diz ainda, as ciências sociais têm mais dificuldades em serem autónomas, o que significa que estão mais expostas a intromissões exteriores, especialmente do campo político (Bourdieu, 1997, pp. 15-16). Na mesma linha, mas com mais crueza, nota também que os cientificamente dominados (ou seja, as ciências sociais em face de outras áreas científicas) “estão mais inclinados a submeterem-se aos pedidos externos, de direita e de esquerda, e mais preparados, frequentemente por defeito, para os satisfazer, e têm, portanto, mais possibilidade de o conseguir na lógica do plebiscito, do aplausómetro”, até porque há menos sanção interna pelos pares do que noutros campos científicos (171).

Portugal é, diga-se, a talho de foice, um caso (de estudo) interessante, senão singular, quer de relação muito forte da sociologia com as políticas públicas, quer de participação de sociólogos em governos. No primeiro caso, em áreas como educação, juventude, cultura, pobreza, imigração, desigualdades, ambiente, entre outras, a sociologia tem sido frequentemente solicitada para estudos de fundamentação, desenho, implementação e avaliação de políticas públicas e essa circunstância contribuiu decisivamente, de resto, para a

institucionalização avançada da disciplina (Machado, 2020). No que respeita à participação de sociólogos em governos, ela também tem sido frequente, desde o imediato pós-25 de abril de 1974 até ao executivo em funções no presente ano de 2023. A análise dos efeitos, na própria sociologia e sua autonomia, dessa relação duradoura, intensa e multifacetada com o campo político – e também, já agora, o impacto desse envolvimento da sociologia com as políticas públicas no desenvolvimento do país – está, surpreendentemente, por fazer.

A surpresa por não haver reflexão e análise sobre a relação estreita entre a sociologia e o campo político no caso português, aqui chamado por ser ilustrativo, e haverá certamente outros, leva-me ao terceiro contributo de *Science de la Science et Réflexivité* para a prática viável da sociologia como ciência. Trata-se da recomendação, bastante elaborada no livro, de os sociólogos não deixarem de “objetivar o sujeito de objetivação”, ou seja, de analisarem reflexivamente a sua própria prática científica. Esse exercício de reflexividade tem tudo a ver com a questão da autonomia do campo sociológico, na medida em que mais reflexividade contribui para mais autonomia, e também com a viabilidade da sociologia como ciência. Acrescento que tal exercício é tanto mais necessário quanto mais institucionalizada estiver a disciplina, uma vez que a institucionalização plena, que pode levar os sociólogos a tomarem como garantido o seu modo de vida profissional, tenderá a traduzir-se em práticas rotineiras e automáticas, que deixam de se olhar ao espelho. A reflexividade, diz o nosso autor, é o

trabalho através do qual a ciência social, tomando-se a si mesma por objeto, se serve das suas próprias armas para se compreender e controlar e um meio particularmente eficaz de reforçar as chances de aceder à verdade, reforçando as censuras mútuas e fornecendo os princípios de uma crítica técnica (174).

Bourdieu, a este propósito, compara, uma vez mais, as ciências sociais com as ciências naturais, dizendo que a reflexividade é “um passo adicional” que as primeiras têm de dar para cumprirem o seu projeto científico, questão que nas segundas não se coloca (168).

Os procedimentos concretos desse trabalho de reflexividade, de objetivação do sujeito de objetivação – que, não é de somenos notar, deve ser uma “reflexividade reformista” e não uma “reflexividade narcísica”, a qual “se tem a si própria como fim e não tem nenhum efeito prático” (175) –, incluem, primeiro,

objetivar a posição do sujeito de objetivação no “espaço social global, a sua posição de origem e a sua trajetória, as suas pertencas e as suas adesões sociais e religiosas”; depois, determinar a posição por ele ocupada “no campo dos especialistas e a posição desse campo no campo das ciências sociais”, tendo em considerações as particularidades de cada disciplina, a vários níveis, que Bourdieu enumera; e, em terceiro lugar, a “objetivação de tudo o que está ligado à sua pertença ao universo escolástico, em particular à ilusão de que nesse universo se tem um ponto de vista puro, absoluto, ‘desinteressado’” (183). A plena realização da reflexividade, que Bourdieu recomenda aos sociólogos, acontecerá quando ela se converta numa disposição constitutiva do seu *habitus* científico, ou seja, “uma reflexividade reflexa capaz de agir não *ex post*, sobre o *opus operatum*, mas a priori sobre o *modus operandum*” (174).

Crítico da fragmentação das disciplinas científicas, incluindo a sociologia, em especialidades internas, Bourdieu tem o cuidado de acrescentar que a sociologia da sociologia, associada à prática da reflexividade reformista, não é uma especialidade entre outras, remetida para o seu nicho. Ela deve, antes, acompanhar incessantemente a prática sociológica de todos os agentes do campo. Uma forma ampla de entender a sociologia da sociologia, que não exclui, pelo contrário, a reflexividade corrente de cada sociólogo, será a de os sociólogos tomarem a sua disciplina como objeto de investigação empírica, tal como o fazem com outras disciplinas científicas, em sede de sociologia da ciência. Bourdieu assinala-o, com toda a clareza, logo no início do livro: “a sociologia, que coloca às outras ciências a questão dos seus fundamentos sociais, não pode isentar-se deste mesmo questionamento” (16). Contudo, embora tenha deixado esta e outras pistas preciosas para um tal exercício, em particular neste livro, mas não só, Bourdieu nunca chegou a tomar a sociologia e os sociólogos enquanto objeto de investigação empírica delimitada e direta, à exceção do pequeno livro que dedicou à sua própria análise sociológica, de que uma primeira versão se encontra, como disse, na terceira parte de *Science de la Science et Réflexivité*.

Pares reencontrados: Bourdieu, Merton e a sociologia da ciência

Como disse no início, a primeira parte de *Science de la Science et Réflexivité*, “Estado da discussão”, é dedicada a um balanço (muito) crítico sobre as várias correntes

em competição na sociologia da ciência, começando por Robert K. Merton e os mertonianos, com os quais Bourdieu já tinha um debate antigo, iniciado no artigo de 1976 sobre o campo científico, publicado na revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. O que é interessante é que o tom e a substância do que diz sobre o trabalho do autor norte-americano e seus colegas mais próximos, e mesmo sobre a pessoa de Merton, mudam consideravelmente em comparação com as suas primeiras posições sobre eles. Digo interessante sabendo que, para o nosso autor, não há atos desinteressados no campo científico. E, de facto, o eu achar interessante este tópico e a ele dedicar a terceira secção deste comentário tem a ver com a minha posição de que os dois, Merton e Bourdieu, são conciliáveis, que têm muito mais em comum do que normalmente se pensa, não só para se fazer sociologia da ciência e sociologia da sociologia, mas noutras áreas, por exemplo, os processos de exclusão e integração social. Deu-me satisfação intelectual ver que, no seu último ano de vida, Bourdieu reconheceu, tarde mas humildemente, valor à sociologia (da ciência) mertoniana.

Em que sentido retifica, então, Bourdieu as suas primeiras posições sobre a abordagem mertoniana? Sem deixar a crítica de que Merton ignora “a forma como os conflitos científicos se travam e são geridos” (30) e, por isso, considera o seu conceito de campo científico mais adequado do que o conceito mertoniano de comunidade científica, alegadamente homogénea e orientada por pacíficos valores comuns, o nosso autor elogia o carácter realista e objetivista da abordagem do norte-americano, em que “não se duvida que o mundo social existe, que a ciência existe” (30). E acrescenta, fazendo do mesmo passo uma das suas muitas críticas às correntes da “nova sociologia da ciência” (nas quais, em todo o caso, também identifica contributos positivos), que Merton dá a ver coisas que “não se veem à escala do laboratório” (30). Bourdieu é particularmente elogioso relativamente a um texto de 1967 de dois dos mais próximos colegas de Merton, os irmãos Stephen e Jonathan Cole, que analisam o sistema de recompensas em ciência e a sua relação com a prática de publicação, um artigo “notável, que continua válido e que deve ser integrado no capital adquirido” da sociologia da ciência (26)¹². Numa nota de humildade, Bourdieu reconhece ainda que, nos seus primeiros escritos neste domínio, foi muito injusto com Merton e que isso resultou de “um efeito da posição que eu então ocupava, a de recém-chegado a um campo internacional dominado por Merton e pelo estrutural-funcionalismo” (31) e que fez mal em “meter no mesmo saco de Parsons e Lazarsfeld um Merton que tinha reintroduzido Durkheim, que fazia história da ciência e que rejeitava o

¹² Stephen Cole, Jonathan Cole (1967).

empirismo sem conceitos e o teoricismo sem dados (31). Na verdade, a revisão da posição de Bourdieu já tinha começado antes, quando aceitou participar com um pequeno capítulo num livro de homenagem a Merton, publicado no Reino Unido, em 1990, em que se lhe refere como “um dos maiores sociólogos e historiadores da ciência contemporâneos”, de que “um dos grandes méritos (...) foi ter estabelecido que o mundo da ciência deve ser analisado sociologicamente, em todos os aspetos” (Bourdieu, 1990, p. 297).

Para dar mais substância a este comentário, no que se refere ao reencontro do par Bourdieu e Merton, fiz uma breve análise da quantidade e qualidade das citações que o primeiro faz do segundo em *Science de la Science et Reflexivité*, provavelmente influenciado pelo facto de as práticas de citação terem constituído um dos objetos da sociologia da ciência mertoniana. Mas aqui, não deixei de seguir, ao mesmo tempo, a indicação do próprio Bourdieu, no livro, de que se deve ir, nesse tipo de análise, além de uma bibliometria “que se apoia em critérios estritamente quantitativos” e dar também atenção ao lado qualitativo das citações, distinguindo as positivas e as negativas, como o autor lembra ter feito em *Homo Academicus*, de modo a obter um índice de capital simbólico (pp. 33-34).

O que mostra essa análise das citações de *Science de la Science et Réflexivité*? Do ponto de vista quantitativo, entre os 166 nomes mencionados no índice onomástico do livro, o de Merton é quarto mais referido, 10 vezes, apenas superado por Durkheim (17 vezes), Bachelard (12) e Kant (11). Há ainda algumas referências a outros sociólogos que trabalharam e publicaram com Merton, como os já referidos irmãos Stephen e Jonathan Cole e também Harriet Zuckerman. Estes indicadores dão a ver a atenção que, no quadro do debate sobre as várias correntes da sociologia da ciência, Bourdieu dedica à corrente mertoniana.

E qual o sentido dessas citações? São positivas ou negativas? São citações combativas, de demarcação ou citações cooperativas, de diálogo, diria, comunitárias, no sentido de comunidade científica? Dos 13 excertos que identifiquei associados às 10 referências a Merton no índice onomástico, e os excertos são mais do que as referências porque uma destas remete para uma sequência de várias páginas consecutivas com excertos diferentes, seis são citações combativas, cinco cooperativas, uma tem as duas facetas e outra é neutra. Se compararmos com o outro texto em que Bourdieu aborda extensamente a obra de Merton, o já referido artigo de 1976 sobre o campo científico, a conclusão é esta: no último, todas as citações são negativas. As referências negativas em *Science de la Science et Réflexivité* têm a ver, quase sempre, com a crítica do conceito mertoniano de comunidade científica, como mundo alegadamente

homogêneo, com valores comuns e finalidades pacificamente partilhadas entre investigadores, a que Bourdieu contrapõe o conceito de campo científico, com as suas relações de conflito entre dominantes e dominados e as estratégias associadas a essas relações. Há também uma passagem em que Bourdieu se refere a Parsons, Merton e Lazarsfeld como “tríade capitolina”, alusão ao trio de divindades (Júpiter, Juno e Minerva) a que se prestava culto na colina do Capitólio na Roma antiga, sendo que essa crítica acaba por ser abandonada quando diz, como já mencionei, que fez mal em amalgamar Merton aos outros dois membros do trio.

Quanto às citações positivas, de cooperação, elas são quase tantas quantas as negativas e são mais extensas e mais pormenorizadas. Além das duas que já referi, o elogio ao carácter realista e objetivista da abordagem de Merton, que não duvida de que o mundo social existe, que a ciência existe, e o penitenciar-se de ter posto Merton no mesmo saco de Parsons e Lazarsfeld, há outras referências positivas. Uma é Bourdieu dizer que releu com outros olhos os textos do norte-americano, que aprendeu coisas sobre as condições em que esses textos foram escritos que ignorava quando primeiramente os criticou, referindo em particular o trabalho sobre a “estrutura normativa da ciência”, em que Merton apresenta os quatro valores que os cientistas devem adotar e que devem guiar a sua prática (universalismo, comunalismo, desinteresse, ceticismo organizado). Bourdieu diz que “o tom ingenuamente idealista deste texto, que exalta a democracia, a ciência, etc.”, compreende-se melhor, no contexto em que foi escrito, como “uma maneira de opor o ideal científico à barbárie” (31). O texto foi publicado em 1942 e o contexto de barbárie a que Bourdieu se refere é o do regime nazi na Alemanha e o modo como funestamente instrumentalizou ao seu serviço o conhecimento científico. Bourdieu recorda, oportunamente, que esse trabalho saiu pela primeira vez como artigo numa revista fundada por Georges Gurvitch nos EUA, onde se tinha refugiado, o que não terá sido uma coincidência.

Outra citação positiva que Bourdieu faz de Merton e dos mertonianos é quando manifesta a sua concordância com o facto de eles terem posto em evidência o contexto estrutural que envolve cada centro de investigação ou laboratório, o que faz que, “se uma determinada descoberta se faz num laboratório reputado de uma universidade prestigiada, ela tem mais hipóteses de ser validada do que se for feita noutro menos considerado” (46). E outra ainda tem a ver com o aplauso ao conceito de “ambivalência dos cientistas” a propósito das reivindicações de prioridade nas descobertas científicas, e que se traduz, por um lado, em as instituições darem valor a terem sido elas as pioneiras em determinada descoberta e, por outro lado, exaltarem, e Bourdieu

transcreve as palavras de Merton, uma “dedicação desinteressada no avanço do conhecimento” (106). Quanto ao artigo dos irmãos Cole, o tal que Bourdieu, como se viu, considera fazer parte do capital adquirido da sociologia da ciência, as palavras não se cingem ao que já reportei, não se trata de uma referência de passagem. O artigo é longamente analisado, sendo-lhe apontados vários méritos, entremeados de algumas críticas.

O tom de reencontro de pares que perpassa as várias páginas que Bourdieu dedica a Merton e aos mertonianos resulta também do que o primeiro diz sobre a pessoa do segundo, o que é um tanto inesperado. Bourdieu regista, com subtil satisfação, as afinidades biográficas que existem entre os dois, e que diz que desconhecia até certa altura. Se a descoberta dessas afinidades contribuiu para a reapreciação que faz do trabalho do norte-americano, hipótese plausível, não deixa de haver nisso alguma candura. Diz o nosso autor:

No caso de Merton, eu ignorava não apenas o contexto dos seus primeiros escritos, mas também a trajetória de que ele era originário: aquele que me pareceu, num congresso internacional de que era o rei, um WASP elegante e refinado, era afinal um emigrado recente de origem judaica, que, tal como na postura e vestuário, exagerava no sentido de elegância *british*; e essa disposição para a hipercorreção, muito comum em pessoas de primeira geração em vias de integração e que aspiram ardentemente ao reconhecimento, estava sem dúvida na génese da sua prática científica e da sua exaltação da *profession*, da sociologia que entendia constituir como profissão científica. (31-32)

As afinidades que Bourdieu encontra parecem-me evidentes: Bourdieu era um migrante interno, proveniente de uma família relativamente humilde, e que, saído de uma zona rural nos Pirenéus franceses, atingiu o topo da vida académica em Paris e da sociologia mundial; Merton, de origem igualmente modesta, já nascido nos EUA, em Filadélfia (não um migrante ele próprio, como Bourdieu parece pensar), era filho de emigrantes externos oriundos da Europa Oriental, e chegou, na Universidade de Colúmbia, em Nova Iorque, ao topo do sistema académico norte-americano e da sociologia mundial. Como muitos emigrantes e seus descendentes nos EUA, aliás, Merton, nascido Meyer Robert Schkolnick, deixou cair o nome de nascimento. Dito isto, vê-se que Bourdieu

esboça uma objetivação do sujeito de objetivação Robert K. Merton que não me parece convincente e que, julgo, contradiz a sua concepção de uma sociologia viável como ciência, desde que assegurada a respetiva autonomia. Esse esboço aparece na segunda parte do excerto acima, em que alude ao trajeto e sistema de disposições de Merton, e continua no excerto seguinte, que relaciona esse trajeto e disposições com o trabalho científico do seu par:

Vemos aqui, parece-me, todo o interesse da sociologia da sociologia: as disposições que Merton transpunha para a sua prática científica estiveram na génese dos seus pontos de vista e dos seus erros – contra os quais uma verdadeira sociologia reflexiva teria podido protegê-lo; e percebê-lo é dar-se princípios ético-epistemológicos para tirar partido, seletivamente, das suas contribuições. (32)

Se é verdade que não deixa de reafirmar, neste passo, que, ao contrário do que pensava de início, há contribuições do norte-americano das quais tirar partido, as considerações críticas que faz suscitam-me três notas, com que termino. A primeira é a presunção da reflexividade insuficiente de Merton para conseguir perceber que a sociologia que fez reflete a pessoa que foi, ficando subentendido que Bourdieu considera a sua própria reflexividade suficiente, incluindo para se objetivar, como fez em *Esquisse pour une Auto-Analyse*. Não há como verificá-lo. A segunda nota é sobre o determinismo em que o nosso autor parece cair, ao fazer depender da origem, do trajeto social e das disposições dos respetivos protagonistas uma atividade tão especializada e tão singular como a profissão e o pensamento científico. O que nos diz é que Merton, tendo alegadamente renegado as suas origens e adotado disposições de elite, não pôde deixar de cometer erros enquanto sociólogo. É certo que se pode trazer aqui, em defesa de Bourdieu, a sua teoria do *habitus*, como sistema de disposições incorporadas que integra toda a experiência passada e funciona permanentemente como matriz da prática social individual. Mas será literalmente assim quando o que está em causa é o pensamento e a prática científica – a que o próprio Bourdieu chama “mundo à parte” –, para mais quando se trata do trabalho de um Merton que, justamente, estudou, de forma extensa, a ciência e os cientistas?

A terceira nota, que decorre da anterior, é para invocar, a este propósito, um dos textos mais importantes do património da sociologia do conhecimento, o artigo que Merton publicou, em 1972, intitulado “*Insiders and outsiders: a chapter in sociology of science*”. Nesse texto, Merton analisa longamente, do ponto de

vista do conhecimento do social, os prós e os contras do olhar de dentro, que significa que conheceremos melhor uma realidade se fizermos parte dela, e do olhar de fora, que significa que a conheceremos melhor se lhe formos exteriores. Havendo argumentos válidos sobre as vantagens e sobre os limites de cada um desses pontos de vista, Merton mostra que nem o internalismo nem o externalismo, chamemos-lhes assim, têm todas as vantagens ou todos os inconvenientes, e que a própria definição do que são exatamente esses pontos de vista é mais complexa do que parece. Se aplicarmos aqui esta distinção, concluímos que Bourdieu, ao defender que o conhecimento que um sociólogo consegue atingir está ligado ao meio social a que pertence, adota uma posição de tipo internalista. Equivale a dizer que se Merton tivesse mesmo sido, no contexto dos EUA, um WASP (*White Anglo-Saxon Protestant*) da classe alta nova-iorquina, e já agora se Bourdieu tivesse sido, em França, um parisiense de origem burguesa, as suas obras sociológicas teriam sido inevitavelmente diferentes. Não está isto em contradição com a ideia de que o campo científico é um lugar histórico capaz de produzir verdades trans-históricas?

Referências bibliográficas

- Bourdieu, P. (1975). La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison. *Sociologie et Sociétés*, 7 (1), 91-118.
- Bourdieu, P. (1976). Le champ scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2-3, 88-104.
- Bourdieu, P. (1982). *Leçon sur la leçon*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1990). Animadversiones in mertonem. In J. Clark & C. Modgil (eds). *Robert K. Merton: Consensus and controversy* (pp. 297-301). Londres: Falmer Press.
- Bourdieu, P. (1997). *Les usages sociaux de la science: Pour une sociologie clinique du champ scientifique*. Paris: INRA Éditions.
- Bourdieu, P. (1997). *Meditações pascalianas*. Oeiras: Celta.
- Bourdieu, P. (2001). *Science de la science et réflexivité*. Raisons d'Agir.
- Bourdieu, P. (2003). *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de Século.
- Bourdieu, P. (2004a). *Esquisse pour une auto-analyse*. Paris: Raisons d'Agir.
- Bourdieu, P. (2004b). *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70.
- Caria, T. H. (2007). Poder e reflexividade em ciência: Revisão crítica do *Science de la science* de Pierre Bourdieu, *Educação & Linguagem*, 10 (16), 2007, 127-146.

Cole, S., & Cole, J. (1967). Scientific output and recognition: A study in the operation of the reward system in science. *American Sociological Review*, 32 (3), 377-390.

Machado, F. L. (2022). *Investigação sociológica em Portugal: Um guia histórico e analítico*. Porto: Afrontamento.

Mendes, H. (2003). "Il faut faire...": O não cumprido programa de investigação de Pierre Bourdieu em sociologia da ciência. *Fórum Sociológico*, 9/10 (2.ª série), 75-86.

Merton, R. K. (1972). Insiders and outsiders: A chapter in the sociology of knowledge. *American Journal of Sociology*, 78 (1), 9-47.

